



PARECER N.º 72/2014.

A COMISSÃO DE JUSTIÇA E REDAÇÃO DA CÂMARA DE VEREADORES DO MUNICÍPIO DE CACULÉ, ESTADO DA BAHIA, conforme a legislação pertinente e em consonância com o que prescreve o Regimento Interno desta Egrégia Casa Legislativa, aprecia através do presente instrumento formal o **Projeto de Lei n.º 05/2014, proveniente do Chefe do Executivo Municipal, referente à Criação e Modificação no Quantitativo dos Cargos Efetivos da estrutura administrativa do Município.**

O Projeto de Lei em comento busca em seu conteúdo criar na estrutura de cargos permanentes da Prefeitura Municipal de Caculé o cargo de Coveiro, as suas atribuições, responsabilidades, carga horária, salário e respectivo grau de escolaridade, além de aumentar o número de vagas para alguns cargos efetivos, objetivando um melhor aparelhamento na prestação de serviços essenciais à população bem como na melhoria da estrutura administrativa e funcional das Secretarias Municipais.

As atribuições do cargo de coveiro, número de vagas, as suas respectivas remunerações bem como as demais características peculiares a este Projeto de Lei encontram-se definidas de forma clara e inequívoca em todos os seus artigos e Anexos IV.

Ademais, vale ressaltar que referido Projeto de Lei visa otimizar as atividades, atribuições e responsabilidades, incumbindo aos profissionais de cada área de atuação (Coveiro e demais vagas a serem definidas posteriormente) no desenvolvimento de políticas municipais voltadas para o apoio administrativo às Secretarias Municipais às quais os demais futuros servidores irão integrar.

A efetiva criação do cargo de coveiro e o aumentos das vagas dos cargos a serem definidos pelo Executivo Municipal vem com o objetivo de apenas normatizar a necessidade de dar mais dinamismo e eficiência aos trabalhos



CÂMARA MUNICIPAL DE CACULÉ

CNPJ: 05.269.101/0001-86

planejados e executados pelas Secretarias Municipais e demais Departamentos aos quais os servidores terão vinculação.

Insta frisar ainda que o Chefe do Executivo Municipal efetivou o seu planejamento em disponibilizar vagas nos setores essenciais ao serviço público municipal, *respeitando, dentre outras, as determinações legais* inseridas na Lei de Responsabilidade Fiscal, que norteia e impõe aos gestores públicos dos Entes Federados a prática de atos administrativos voltados para a consecução dos seus objetivos, contudo, em plena consonância com as responsabilidades a eles inerentes.

As atribuições e competências do Prefeito neste Projeto de Lei estão adstritos ao Poder Vinculado que o mesmo exerce e detém conforme prescreve a legislação pátria, assim, não seria possível nesta mesma oportunidade disponibilizar mais vagas além das previstas até o momento pela administração pública municipal.

Vale consignar a importância na urgência da aprovação deste Projeto de Lei, haja vista que o Chefe do Executivo Municipal planeja viabilizar a realização do Concurso Público o mais breve possível, pois, os cargos e vagas a serem disponibilizados em momento posterior através do competente Edital do Concurso Público serão do conhecimento de todos os interessados em respeito ao Princípio Administrativo Constitucional da Publicidade que norteia a atividade administrativa seja ela no âmbito Municipal, Estadual ou Federal.

Ultrapassadas as fases de debates, discussões e análises do Projeto de Lei n.º 05/2014 por esta Comissão, verificou-se que o mesmo preenche todos os requisitos legais e abrange todas as ações voltadas para a consecução dos objetivos nele inseridos e propostos, e, portanto perfeitamente viável a sua aprovação, efetivação, e posterior aplicabilidade.

Sendo assim, não vislumbramos a presença de quaisquer elementos que pudessem macular ou inviabilizar os objetivos propostos no Projeto de Lei n.º 05/2014.

Assim, OPINAMOS DE MODO FAVORÁVEL PELA APROVAÇÃO do Projeto de Lei n.º 05/2014.



CÂMARA MUNICIPAL DE CACULÉ

CNPJ: 05.269.101/0001-86

Sala das Sessões da Comissão de Justiça e Redação da Câmara de Vereadores do Município de Caculé, Estado da Bahia, em 14 de abril de 2014.



ALVIMAR NOVAIS COSTA
(Presidente)

EDMILSON COUTINHO DOS SANTOS
(Secretário)

MANOEL INÁCIO TEIXEIRA FILHO
(Relator)